



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 2ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Homenagear a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pelo Centenário de sua Fundação
1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário
3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2012

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Entrega de placa - Palavras do Pastor Jackson Martins de Andrade - Entrega de placas - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Doutor Viana - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h11min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pelo centenário de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Revmo. Sr. Jackson Martins de Andrade, Pastor da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Maj. PM Vítor Augusto Araújo, Subcomandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; e dos Srs. Ricardo de Lara Campos, Vereador da Câmara Municipal de Passa Tempo; Elson Alípio Júnior, representando o Secretário Adjunto de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais de Minas Gerais, Leonardo Portela; e Jadyr Elon Braga, representando o Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte, José Vieira Filho, Zito Vieira.



Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coro Libertai, da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, sob a regência da maestrina Cléssia Martins de Andrade Moraes, acompanhada pelo saxofonista Wellington Medina e pelo pianista Rodrigo Lana de Mendonça.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, neste ato representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, representando nosso Prefeito Márcio Lacerda; e Exmo. Sr. Jackson Martins de Andrade, Pastor da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte; senhoras e senhores; Pastores; Diáconos; cooperadores; membros da Igreja Batista carinhosamente chamada de Igreja Batista da Praça Raul Soares, da Primeira Igreja Batista; membros de outras igrejas aqui representadas; servidores desta Casa; telespectadores que nos assistem de suas casas, ao vivo, pela TV Assembleia, que está em mais de 300 Municípios, quero dar as boas-vindas nesta homenagem que prestamos a essa tão importante representação do Evangelho, na cidade de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, creio que esta Casa, ao longo da história, tem prestado muitas homenagens importantes. Este espaço é sempre ocupado para que essas homenagens sejam feitas, e cada uma delas traz em si a sua importância. Não querendo desmerecer nenhuma outra nem tampouco diminuir sua importância, preciso começar dizendo, sem nenhum exagero, que homenagear a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pelos seus 100 anos é um feito histórico.

Um feito histórico apenas pelo fato de, numa observação simples, percebermos que poucas instituições comemoram um século de vida em atividade e crescimento. Hoje, a Igreja Batista da Praça Raul Soares - essa história não começa ali - tem o privilégio de poder contar 100 anos de presença nesta cidade e 100 anos de contribuição na propagação do Evangelho nesta cidade.

Sabemos que foram muitas conquistas nesses anos e não poucas as lutas e dificuldades, considerando-se, principalmente, as incompreensões daqueles primeiros anos de implantação das igrejas evangélicas em nosso país, em função da falta do conhecimento da grande contribuição que o Evangelho de Cristo Jesus poderia dar em todas as áreas de nossa sociedade. Foram anos atribulados, mas, durante todo este tempo, a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte se manteve firme em seu propósito, o que torna esta comemoração ainda mais especial.

Muito antes que o Pastor Daniel Frank Crosland tivesse em seu coração a semente do sonho de fundar a Primeira Igreja Batista, Deus já havia preparado tudo para que sua obra fosse concretizada. O grande projeto de instalar um templo evangélico no coração da cidade de Belo Horizonte tomaria forma por meio de um homem visionário que não se contentava com desafios pequenos. Esse homem foi o Pastor Casimiro Gomes de Oliveira. Sendo assim, em 31/3/1912, pastoreada por Daniel Frank, era inaugurada a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, com sede na Rua Guarani, próximo da nossa rodoviária, que, na época, claro, nem existia ali como rodoviária. Eu ainda não tenho 100 anos, mas me lembro de que a instalação da rodoviária foi feita em época posterior à instalação da Primeira Igreja Batista.

Conhecido por implantar igrejas pelo Estado de Minas Gerais e por sua dedicação à pregação do Evangelho, Henrique Crockell, em 1914, assumiu a congregação até 1919. No mesmo ano, o Pastor Otis Maddox tomou a frente dos trabalhos e permaneceu até 1921. Nesse período, ele e sua esposa fundaram o Colégio Batista Mineiro - o nosso glorioso Colégio Batista Mineiro -, após perceberem que os filhos dos evangélicos não dispunham de um sistema de educação coerente com a profissão de fé de seus pais.

Mas foi sob a liderança do Pastor Casimiro Gomes de Oliveira, entre 1921 e 1959, que a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte adquiriu o terreno onde está construído o atual templo localizado na Praça Raul Soares, de modo que a Igreja deixou, assim, suas antigas instalações na Avenida Amazonas.

Um fato importante relacionado à construção do templo foi a intervenção de Juscelino Kubitschek, que, na época, era Prefeito de Belo Horizonte e impediu que a obra fosse embargada, uma vez que o terreno estava localizado em uma área privilegiada da Capital. É preciso entender esse "privilégio", abro aspas para falar dele, porque tenho essa informação há alguns anos e creio que ela procede. O centro geográfico de Belo Horizonte era a Praça Raul Soares. Daí, imagino a luta que foi, na época, implantar naquele local uma igreja evangélica, sendo ali o coração da cidade. Depois, é claro, aconteceu o movimento geográfico do centro da cidade. Hoje, ao falarmos em centro, estamos nos referindo à Praça Sete, mas a Praça Raul Soares foi o que podemos chamar de o coração da cidade de Belo Horizonte. Por causa dessa intervenção do Prefeito da época, Juscelino Kubitschek, foi vencida aquela batalha que se travou em torno da instalação da Igreja lá. Com todo o respeito e guardadas as devidas proporções, essas dificuldades não foram muito diferentes das que existem nos dias de hoje, sob certos aspectos. Sabemos - o Pastor Jackson sabe muito bem disso - a luta que é conseguir instalar uma igreja num ponto estratégico de uma cidade, principalmente de uma cidade importante como Belo Horizonte.

Inaugurado em 1942, o templo da Primeira Igreja Batista manteve seu "design" e arquitetura preservados durante todos estes anos. Em razão do seu valor histórico e da contribuição à memória de Belo Horizonte, em abril de 2009 foi tombado pelo patrimônio cultural da cidade.

O saudoso Pastor Muryllo Cassete, que tive o prazer de conhecer e, claro, de com ele conviver em algumas oportunidades, esteve à frente da igreja por 38 anos e a conduziu com grande competência. Jadir Elon Braga é contemporâneo do Pastor Muryllo Cassete. Conheci Jadir Elon Braga como membro da Primeira Igreja Batista da Praça Raul Soares.

Em 1996, Jeremias Bento da Silva assumiu a liderança da Igreja, sendo seu sexto Pastor. Conheci também o Pastor Jeremias, na sua curta passagem pela Primeira Igreja Batista. Homem dedicado às missões, deixou a congregação em 2000 para cooperar com a Junta de Missões Nacionais, órgão da Convenção Batista Brasileira.

Querido amigo Pastor Jackson Martins de Andrade, como disse anteriormente, esta homenagem é muito pequena, considerando a grandiosidade da contribuição que a Primeira Igreja Batista tem dado ao longo desse século de existência à cidade de Belo Horizonte



e à sociedade de Belo Horizonte como um todo. Acima de tudo, destaco a contribuição que ela tem dado à sua função maior, que é a pregação e a propagação do Evangelho de Cristo Jesus.

Atuante em sua comunidade, a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte é responsável por desenvolver diversas ações relacionadas à inclusão social: ações como a parceria com a Prefeitura no apoio ao projeto Pitangaporã, que atende mães de crianças com necessidades especiais; a realização de campanhas para arrecadação de material escolar e brinquedos para a Escola Estadual Francisco Sales; e também a participação nas reuniões mensais do Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, que busca soluções para os problemas da comunidade, entre outras atividades.

Creio que Deus continuará com suas mãos estendidas sobre a sua liderança, Pastor Jackson, e sobre a vida de cada cooperador desse ministério tão frutífero que tem sido o ministério da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte.

Quero agradecer também àqueles que de casa acompanham neste momento os nossos trabalhos na Assembleia Legislativa. Como disse, chegamos a mais de 300 Municípios, só na Região Metropolitana a aproximadamente 40 deles. Creio eu que muitos que estão acompanhando este trabalho conhecem essa história que acabei de relatar.

Para finalizar o meu discurso, quero deixar uma mensagem bíblica que reflete, creio eu, o sentimento dessa igreja centenária, que, mesmo diante de tantos desafios, alcançou inúmeras vitórias e permaneceu firme em seus valores fundacionais. Esta passagem está no 1º Livro de Samuel, capítulo 7, versículo 12, é bastante conhecida e diz: “Até aqui nos ajudou o Senhor”.

Que Deus nos abençoe e muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Revmo. Sr. Jackson Martins de Andrade, Pastor sênior e Presidente da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Um século transcorreu desde a criação da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Com seu incansável trabalho de disseminação dos princípios cristãos, a instituição leva seus frutos a toda a sociedade mineira, oferecendo cuidadosa atenção nos mais importantes âmbitos da vida humana. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais congratula-se com a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pela comemoração dos 100 anos de sua fundação”.

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado Vanderlei Miranda, Pastor e autor do requerimento que suscitou esta reunião, para juntos entregarmos a placa a todos da Primeira Igreja Batista, da Praça Raul Soares, na pessoa do seu representante maior, Pastor Jackson.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Pastor Jackson Martins de Andrade

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro; Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Márcio Lacerda; Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; autoridades presentes, militares e civis; Pastores; senhoras e senhores; membros da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte e demais igrejas, somos gratos a Deus por este momento tão especial, tão significativo na vida de nossa Igreja.

Constitui-se em grande honra para a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, a família cheia de esperança, como nós nos denominamos, o fato de estarmos recebendo esta homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por ocasião do centenário de nossa Igreja, por indicação do Exmo. Deputado Pastor Vanderlei Miranda, a quem externamos nossa gratidão por tamanha distinção e por quem já temos intercedido diante do Pai, para que torne próspero seu caminho em todos os sentidos. Que a infinita graça de Deus lhe dê êxito em todos os seus caminhos e propósitos, como também àqueles que legislam para a nossa cidade, aqueles que a dirigem.

Como igreja, temos por princípio reconhecer que tudo que nos acontece visa a beneficiar três áreas fundamentais. Fazemos questão de destacar que esta homenagem se constitui primeiramente numa exaltação à glória de Deus, pois tudo que somos e temos devemos a ele, é dádiva dele, é presente dele. E o que recebemos nesta hora, esta homenagem, nós a recebemos como um presente de Deus.

Em segundo lugar, tudo o que nos acontece edifica o povo de Deus, pois, como filhos dele, somos imensamente abençoados por momentos como este e, certamente, a nossa fé é fortalecida. Sentimo-nos encorajados a prosseguir na caminhada cristã.

Em terceiro lugar, cremos que esta homenagem se constitui em uma oportunidade para que possamos declarar, a partir desta Casa de legisladores, que o Senhor é Deus e que não há outro semelhante a Ele, nos céus e na terra, e que a partir daqui “a terra se encherá do conhecimento da glória do Senhor, como as águas enchem o mar”, conforme podemos ler em Habacuc 2,14.

Amados, há 100 anos, depois de várias tentativas, nasceu a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, com apenas 10 membros, incluindo seu fundador e primeiro pastor, o Pastor Daniel Frank Crosland, que, sendo missionário norte-americano, veio para estas terras e, a partir da Zona da Mata mineira, foi adentrando nosso Estado até chegar à terra das alterosas, como fizeram os bandeirantes que desbravaram as Minas Gerais. Outras tentativas tinham sido feitas, mas sem êxito, e assim, em 31/3/1912, nascia a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Por incrível que pareça, a Igreja foi organizada exatamente no mesmo dia em que o Titanic ficou pronto, com todo o gigantismo possível para aquela época, sendo considerado pelos seus construtores como “inafundável”. Porém, 15 dias depois, o gigante foi a naufrágio, ceifando, lamentavelmente, 1.523 vidas, das 2.228 que ocupavam a grande embarcação. No entanto, a pequena Igreja singrou os mares do século XX - que, a propósito, foi um dos mais intensos da história da humanidade - e agora celebra 100 anos de existência.

Nossa querida Igreja nasceu quando Belo Horizonte ainda era uma debutante desejando tornar-se uma senhora, mas ainda vivendo as crises existenciais próprias dessa idade. Todavia, apesar de ser mãe em tão tenra idade, ela acolheu instituições que hoje são centenárias ou estão tornando-se centenárias, como o Corpo de Bombeiros, a Drogaria Araújo, a Igreja Metodista Central, a Primeira Igreja Presbiteriana, que neste ano também completa 100 anos, e a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte.



Nesses 100 anos, a Igreja teve sete pastores: o fundador, Pastor Daniel Frank Crosland, de 1912 a 1914; Pastor Henrique E. Crockell, de 1914 a 1919; Pastor Otis P. Maddox, de 1919 a 1921; Pastor Casimiro Gomes de Oliveira, de 1921 a 1959; Pastor Muryllo Cassete, de 1959 a 1996; o Pastor Casimiro Gomes de Oliveira e Pastor Muryllo Cassete, juntos ficaram 76 anos à frente da Igreja, 38 anos para cada um; Pastor Geremias Bento da Silva, de 1996 a 2000; e o atual Pastor, este que vos fala, que lidera a Igreja desde 2001. Tão poucos pastores em tanto tempo de história revela uma peculiaridade da Primeira Igreja Batista: ela é uma igreja que ama seus líderes.

Ela também teve participação na criação do Colégio Batista Mineiro, hoje com 94 anos; da Convenção Batista Mineira; do Orfanato Batista; e da Casa de Apoio. Diretamente, ela organizou 33 igrejas e atualmente está plantando outras 3. Conquanto sejamos 500 membros hoje, milhares de pessoas já passaram pela Igreja desde a sua fundação. Dela saíram pastores e missionários, gente que foi mundo afora pregando a mensagem, que é a razão de ser da Primeira Igreja Batista: Cristo é a única esperança.

Dos familiares dos ex-pastores, permanecem conosco a viúva do Pastor Muryllo Cassete, a Irmã Carolina de Queiroz Cassete, que do alto de seus 88 anos de vida e mais de 52 anos como membro da Igreja, continua ativa e sempre apoiando o trabalho dos pastores que sucederam seu esposo. Não poderíamos esquecer de seu filho, Dr. Paulo Cassete, que também tem sido um grande cooperador.

Homens que foram e têm sido influência em Belo Horizonte, Minas e no Brasil também participaram da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, como o Dr. Antônio Vilas Boas, que foi Ministro do Supremo Tribunal; Dr. Alberto Manzoni Andrade, engenheiro e arquiteto do atual templo da Igreja, foi professor da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais e da Escola de Engenharia; a Desembargadora Jurema Brasil; Irmão Jadir Elon Braga, que foi Vereador em nossa cidade; o Deputado João Leite, atual integrante desta Casa, que foi batizado na Igreja em uma época em que nenhuma igreja ousava batizar atletas, especialmente jogadores de futebol, porque jogavam no domingo e não podiam participar das celebrações. A Igreja foi criticada por essa atitude, mas dela nasceu Os Atletas de Cristo, que hoje são influência no mundo. Muitos outros se destacaram, mas o tempo não nos permite citá-los.

Também não podemos esquecer o fato de que a Igreja é amada por seus membros, pois alguns deles têm permanecido firmes por décadas, como é o caso da Irmã Zaira, que foi batizada na inauguração do batistério do atual templo, sendo membro há 69 anos; Neusa Emilia, há 65 anos; Geni Furtado, há 58 anos; Darcy, Nazira e Benedita, há 52 anos.

Isso para não falar de outros que estão na Igreja há 20, 30, 40 e 50 anos, integrando a “membresia” dessa família, da família cheia de esperança. No entanto, a Igreja tem uma nova geração de crentes, de meninos e meninas e de jovens, que decidiram se entregar a Cristo e integrar o rol de membros da Igreja. David, Gabriel, Gabriela, João Victor, Jussara e Erenita, que foram recebidos como membros, no batismo do centenário, ocorrido no dia 4 deste mês. Assim, a Igreja se renova com uma nova geração de membros. Por isso, vale dizer que a Primeira Batista é idosa, mas não é velha, pois, se assim fosse, novas gerações não desejariam fazer parte dela. Ela, como diz o “slogan” de Mocidade para Cristo, anda “ao compasso do tempo, mas sempre firmada na rocha”. Ressaltamos que a rocha, em nossa perspectiva de fé, é Jesus, a rocha inabalável. A igreja idosa vive o que vaticinou em Joel 2.28, “os velhos serão sonhos”, e o que preconizou o salmista no Salmo nº 92,12-15, “os justos florescerão como a palmeira, crescerão como o cedro do Líbano; plantados na casa do Senhor, florescerão nos átrios do nosso Deus. Mesmo na velhice, darão frutos, permanecerão vistosos e verdejantes, para proclamar que o senhor é justo. Ele é a minha rocha; nele não há injustiça.” Eis o nosso sonho de Igreja para os próximos anos, estamos celebrando o centenário, mas não queremos ser uma igreja prisioneira do passado, queremos construir, queremos sonhar a partir do legado que recebemos, a partir daquilo que nos foi dado como herança, queremos construir algo tremendamente significativo para o futuro e para a eternidade.

Portanto, a nossa esperança é que o aflito, o deprimido, o frustrado e o confuso encontrem amor, ajuda, perdão e esperança em Cristo, por meio da nossa Igreja; compartilhar as boas novas de Jesus Cristo com milhares de pessoas em toda Belo Horizonte; ter milhares de seguidores de Jesus, nos próximos 10 anos, como membros da família cheia de esperança, e todos experimentando amor, aprendizado e comunhão como nunca experimentaram em nenhum outro lugar, especialmente por meio dos pequenos grupos; promover o crescimento espiritual das pessoas que se unirem à Igreja, por meio de estudos bíblicos, seminários, retiros e escola bíblica; desafiar cada crente a ser um ministro e desenvolver um ministério significativo no Corpo de Cristo, ajudando-os a descobrir os dons e talentos que Deus deu a cada um; capacitar cada membro a fazer de missão um estilo de vida; enviar centenas de missionários e obreiros para vários lugares do mundo e enviar milhares de membros de nossa Igreja a pequenos projetos missionários; iniciar pelo menos uma nova congregação a cada ano; ter nosso templo superlotado e desafiar a Igreja a descobrir alternativas para acolher todos que se achegam a Cristo; criar um lugar adequado pra aconselhamento, oração, classes para estudos bíblicos, treinamento, capacitação e área de recreação, tudo planejado de forma a atender todas as necessidades espirituais, emocionais, físicas e sociais das pessoas; desenvolver um ministério que tenha como meta primordial exaltar a Deus, edificar o seu povo e ganhar pessoas para Jesus Cristo, por meio de palavras, ações e atitudes.

Tal como disse Martin Luther King em seu famoso discurso: “eu tenho um sonho”. A Primeira Batista também diz do alto de seus 100 anos: nós temos um sonho. O sonho de plantar igrejas, de educar a futura geração, de cuidar dos enfermos e necessitados, de capacitar líderes em todos os sentidos, de ser uma igreja relevante para o Reino de Deus, para Belo Horizonte, para Minas Gerais, o Brasil e, quiçá, para o mundo, como procuramos ser neste século que se finda.

Sim, a Primeira Igreja Batista é idosa, mas sonhadora, e assim será até que Cristo volte. Que o senhor nos dê graça para tanto. Que juntos possamos trabalhar para mudar a realidade que nos cerca, pois, afinal, juntos somos melhores, juntos podemos fazer a diferença. A Igreja sozinha não dará conta, mas somente junto com o Consep 5, com a Polícia Militar, com a Prefeitura, com esta Casa e com todos aqueles que estão comprometidos em tornar esta cidade melhor para se viver, em tornar o nosso Estado um lugar melhor para se viver, em tornar o nosso país e o mundo lugares melhores para se viver, sobretudo numa perspectiva eterna, pois de nada adiantará tornar melhor a vida das pessoas neste mundo sem que elas tenham a certeza de onde passarão a eternidade.

Nós cremos na eternidade e pregamos isso. Investimos no ser humano como um todo. Esse é o nosso compromisso. Sr. Presidente, conte com o compromisso da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte para ajudar a Assembleia Legislativa a tornar o nosso Estado



um lugar melhor para viver. Sr. Josué Valadão, representante do Exmo. Prefeito de nossa cidade, Márcio Lacerda, diga ao nosso Prefeito que pode contar com a nossa cooperação. Pastor Vanderlei Miranda, sabemos do seu empenho, como integrante desta Casa, em trabalhar para que o nosso Estado seja um lugar melhor para se viver. Conte com a parceria da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Representantes da Polícia Militar, do Consep 5, contem com a atuação da Primeira Igreja Batista. Você que nos ouve em casa pela TV Assembleia, conte com a parceria da Primeira Igreja Batista. Juntos somos melhores. E nós temos um sonho. Que o Senhor nos abençoe. Amém.

Entrega de Placas

O Pastor Jackson Martins de Andrade - Queremos, neste momento, retribuir a homenagem que nos foi prestada entregando ao Presidente da Mesa, Doutor Viana, uma expressão de gratidão da Primeira Igreja Batista por ter aprovado a solicitação do Pastor Vanderlei Miranda.

O locutor - A placa a ser entregue pelas mãos do Pastor Jackson contém os seguintes dizeres: “Ano de celebração do centenário da Primeira Batista de Belo Horizonte. A Primeira Batista de Belo Horizonte confere à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio de seu Presidente, Deputado Dinis Pinheiro - neste ato representado pelo Deputado Doutor Viana -, esta homenagem, como gratidão pelo reconhecimento de que sua existência em nossa cidade é algo digno de celebração. Que o Senhor abençoe nosso Estado e que nele haja paz e prosperidade todo o tempo. Primeira Igreja Batista, uma família cheia de esperança. Março de 2012”.

A segunda placa homenageia a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Sr. Secretário que a representa neste momento: “Ano de celebração do centenário da Primeira Batista de Belo Horizonte. A Primeira Batista de Belo Horizonte confere à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por intermédio de seu representante máximo, o Exmo. Prefeito Márcio Lacerda - aqui representado pelo Sr. Secretário Josué Valadão -, esta homenagem, como gratidão pelo acolhimento que nossa querida cidade tem-lhe dado ao longo de seus 100 anos de existência. Que o Senhor abençoe nossa cidade e que nela haja paz e prosperidade todo o tempo”.

Por fim, a placa que será entregue ao Deputado Vanderlei Miranda: “Ano de celebração do centenário da Primeira Batista de Belo Horizonte. A Primeira Batista de Belo Horizonte confere ao Deputado Pastor Vanderlei Miranda esta homenagem, como expressão de gratidão pela honrosa homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em sua iniciativa no ano de celebração do seu centenário”.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Em retribuição, o Deputado Vanderlei Miranda também presta homenagem à Igreja Batista, em placa que contém os seguintes dizeres: “O Deputado Pastor Vanderlei Miranda parabeniza a Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte pelo seu centenário. Porque Deus não é injusto para se esquecer da vossa obra, do trabalho e do amor que para com seu nome mostrastes enquanto servistes aos santos e ainda servis. Hebreus, capítulo 6, versículo 10”.

- Procede-se à entrega da placa.

O Pastor Jackson Martins de Andrade - Sr. Presidente, a nossa gratidão por esta manifestação de apreço e de carinho pela Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Que o Senhor abençoe a todos.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a uma apresentação do Coro Libertai, da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte, sob a regência da maestrina Cléssia Martins de Andrade Moraes, acompanhada pela pianista Fernanda Franco, pelo trompetista Marco Aurélio Santos e pelo saxofonista Wellington Medina, que apresentarão a música de Tommy Walker, com arranjo de Paulo Davi e Silva, “Somente a um Deus Assim”.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Quero, com muita alegria, cumprimentar o Sr. Jackson Martins de Andrade, Pastor sênior e Presidente da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Sua presença traz muita alegria a esta celebração na Casa do povo de Minas Gerais em homenagem ao centenário da Primeira Igreja. Também cumprimento a Sra. Eni Maria Pires de Andrada, sua esposa, sua companheira, sua parceira nessa caminhada evangelizadora, e, por intermédio dela e da Pastora Fátima, esposa do Deputado Vanderlei Miranda, nosso companheiro, cumprimento todas as Pastoras e, de maneira especial, todas as mulheres mineiras e as mulheres da Igreja Batista. Na pessoa de seu filho João Vítor e também na da Julinha, que está ali no berço, carregada por seus pais, cumprimento todas as crianças aqui presentes. Sabemos que Jesus tem um carinho muito especial para com as crianças. Por elas, cumprimento as demais crianças que estão aqui embelezando o nosso cenário. Por intermédio dos três, cumprimento a família, que também sempre foi valorizada por Jesus, que quis nascer em uma família e fez seu primeiro milagre na constituição de uma família, em um casamento, e que também sempre, através da família, da Santíssima Trindade, demonstrou o quanto a família é importante.

Então, por meio de vocês, cumprimento a família e, principalmente, a família batista. O nosso amigo Josué Valadão nos honra muito com sua presença nesta solenidade, representando o Prefeito Márcio Lacerda. Receba os nossos cumprimentos e agradecimentos pela sua presença. É extremamente importante a presença. Sempre se diz, nas passagens evangélicas: “E Jesus estava lá”. Sempre Ele estava presente. O Deputado Vanderlei é este iluminado nosso companheiro e amigo. Também nos identificamos, às vezes, nas nossas considerações religiosas. Sempre temos um tempinho para comentarmos sobre a importância da religião em nossas vidas. Deus não quer exagero, mas a fé e o exercício da sua vontade na terra, e cada um pode fazer a sua parte. O Deputado Vanderlei chegou à Assembleia, já está no segundo mandato e vem brilhando, dignificando e sendo mensageiro d'Ele. Toda autoridade vem d'Ele, somos apenas representantes da vontade de Deus, inicialmente, e da escolha do povo. Então, parabéns, Deputado Vanderlei. A sua iniciativa foi brilhante. Em mais um dos seus muitos momentos de extrema lucidez, V. Exa. ofereceu a esta Casa o seu requerimento pela justa homenagem ao centenário da Igreja, o qual foi apoiado por todos os Deputados presentes no dia de sua apreciação. Então, parabéns, não peço que Deus o ilumine, mas sim que continue a iluminar V. Exa. sempre.



Também quero cumprimentar o Pastor Soliel Bernardino, representando o Diretor Executivo da Convenção Batista Mineira. Na sua pessoa quero cumprimentar todos os demais Pastores e aqueles que têm a missão de representar o Cristo no trabalho evangelizador na Primeira Igreja Batista, da Praça Raul Soares. Cumprimento com muita alegria o Maj. Vítor Augusto, Subcomandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, com quem sempre nos encontramos no Consep 5. Lá também sempre estão presentes o Pastor Jackson e, às vezes, o Pastor e colega Deputado Vanderlei. Sempre nos encontramos. O Vanderlei já trabalhou no Barro Preto e tem um carinho todo especial pela região. Então, cumprimento o Subcomandante, representando a gloriosa PMMG. Cumprimento ainda o amigo Vereador Ricardo Lara, atuante no Barro Preto, no Consep e na associação. Ele é Vereador de Passa-Tempo. É uma alegria tê-lo na nossa reunião de homenagem à Primeira Igreja, da Praça Raul Soares.

De maneira carinhosa, também quero cumprimentar e citar o nome do Coro Libertai, que está abrillhando a reunião não só com o Hino Nacional, mas com essa música maravilhosa em homenagem ao Rei dos Reis, ao Grande Pastor. Aliás, estava ouvindo o Pastor dizer quantos Pastores já passaram pela Primeira Igreja nesse centenário, cada um com 30 anos ou 10 anos. Ele tem 11 anos. Contudo, sabemos que o único Pastor que esteve presente durante estes 100 anos e continuará sempre presente é um só. Esse é permanente e está lá segurando essa construção da rocha que foi feita, a Primeira Igreja Batista, como muito bem disse o Pastor Jackson. Então, que Jesus continue a abençoar vocês com esses talentos maravilhosos, esses dons de cantar. Quero citar a maestrina Cléssia Martins, parabéns pela sua condução; o saxofonista Wellington Medina, o pianista Rodrigo Lana, a pianista Fernanda Franco e o trompetista Marco Aurélio. Somos Deputados, sou Deputado e não sei fazer nada disso. Não toco nada. Então, esses são dons. Eles têm esses dons e engrandecem a nossa solenidade.

Cumprimento todos os presentes, os funcionários da Casa, que nos proporcionam as condições para que executemos os nossos trabalhos aqui. Saúdo os telespectadores da TV Assembleia, que nos assistem em todo o Estado de Minas Gerais.

Esta homenagem ao centenário da Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte é extensiva a todos os seus membros, que, ao longo destes anos, vêm não apenas exercendo sua fé, mas também contribuindo fortemente no desenvolvimento de nosso Estado, como relevante exemplo de responsabilidade social. Tão ligada, ainda hoje, aos campos da educação e do voluntariado, a Igreja Batista representa, em sua origem, a busca da liberdade tanto religiosa quanto de consciência, expressa em sua opção pelo batismo consciente de seus afiliados, tantos aqui mencionados, citados pelo Pastor Jackson. O nosso companheiro Deputado João Leite está firme na fé porque foi bem batizado. Acho até que foi mais que isso: além de batizado, foi crismado lá também, porque a crisma marca.

Perseguido pelo Rei James da Inglaterra, o advogado e estudioso da Bíblia Thomas Helwys, retornando de um exílio na Holanda, fundou em 1612, com outros três cidadãos britânicos – o que nos comprova que ninguém faz nada sozinho –, a primeira igreja organizada com essa denominação. Constantemente perseguidos, foram os batistas constrangidos frequentemente a emigrar, encontrando um abrigo importante nas colônias britânicas da América, em especial no Sul dos Estados Unidos.

A guerra civil americana trouxe para o interior paulista milhares de sulistas americanos, que organizaram em 1871 a primeira igreja batista em território brasileiro. Quando a liberdade religiosa foi estabelecida pela Constituição republicana, em 1889, foi iniciada em Juiz de Fora a obra batista em Minas Gerais. Em Belo Horizonte, ela chegaria no dia 31/3/1912, estabelecendo-se na Rua Guarani, nas proximidades da atual Rodoviária, como disse o Deputado Vanderlei Miranda, embora ele não tenha ainda 100 anos.

Na década de 40, configurando um autêntico exemplar da “art déco”, hoje tombado pelo patrimônio histórico de Belo Horizonte, foi erigido o templo da Praça Raul Soares, junto ao marco zero da cidade. Ainda em 1918 foi aberto o Colégio Batista Mineiro, tão importante e tradicional que deu nome ao bairro onde está situado. Nessa trajetória de 100 anos, continua a Igreja sendo, antes de tudo, um lugar de acolhimento a todos que precisam de amor, de ajuda e de esperança.

Neste momento do centenário, a Igreja tem envolvido a comunidade que a recebeu com gestos de intenso carinho. É assim com a doação de árvores ao Parque Municipal, para substituir as que estão perecendo. Os idosos do Condomínio JK são também foco de sua atenção, além dos moradores de rua. Temos conhecimento do trabalho que vocês desenvolvem em todos os sentidos, ou seja, espiritual e material. É um trabalho importante porque o ser humano é complexo.

É bom citar que, principalmente à noite, esse trabalho é feito. Vocês dão amparo, dão ajuda e dão orientação àqueles que ficam jogados na praça. Também foi citado o Projeto Pitangaporã, para as mães de crianças deficientes, com problemas, que vocês também amparam.

Com suas constantes obras voltadas para as áreas da educação e do amparo social à população carente, vêm sendo os batistas uma presença de grande importância para a vida de Minas Gerais.

Temos, portanto, uma infinidade de motivos para comemorar este centenário, pois nosso Estado não pode prescindir da grande generosidade dos Pastores, dos missionários e de toda a comunidade filiada a todas as igrejas, mas, hoje, especificamente, à Primeira Igreja Batista de Belo Horizonte. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 27/3/2012). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/3/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Duarte Bechir (substituindo este ao Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fred Costa e Carlos Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação



de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das obras de recuperação do túnel que permite o retorno para motoristas na BR- 356, sentido Belo Horizonte - Nova Lima, e da respectiva passarela; e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Teresa Monteiro de Castro Lisboa, Diretora de Planejamento da Infraestrutura Rodoviária representando Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Maria Goretti de Sena, Editora do Jornal do Belvedere e Condomínios de Nova Lima; Lusimar Ferreira Lisboa, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Santa Lúcia; Ignez Pereira Martins, Diretora do Instituto da Criança; Eneida Magalhães de Lima, Superintendente Operacional de Belo Horizonte - SPBH -; e os Srs. Márcio de Castro Brant Moraes, Gerente da Divisão de Expansão de Obras Especiais, representando Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa, Alexandre de Oliveira, Supervisor da Unidade Local do Dnit em Contagem, representando Sebastião Donizete de Souza, Superintendente do Dnit - 6º Unidade de Infraestrutura Terrestre, Vereador Fábio Caldeira, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Ricardo Michel Jeha, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere, Luiz Carlos Sternick, Gerente de Marketing, Márcio Antônio Fontes, Gerente de Operação do Condomínio Ponteio Lar Shopping, representando Lucie Boulanger, Gerente-Geral do Ponteio Lar Shopping, e Gegê Angelino, Presidente dos Moradores do Bairro Santo Antônio, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 31 e 2.736/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.483 e 2.484/2012, este com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Uberlândia, para debater a instalação, a operação e a manutenção das balanças controladas pelo DER-MG nas rodovias estaduais do Estado, bem como o teor dos contratos firmados com empresas terceirizadas que operam os referidos equipamentos; Rosângela Reis, em que solicita seja realizada visita desta Comissão "ao canteiro de obras" para a implantação e pavimentação da Rodovia que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce, a fim de apurar possíveis irregularidades nas obras; Carlos Henrique, em que solicita seja agendada uma reunião desta Comissão com o Ministro dos Transportes para debater sobre as obras de recuperação das rodovias BR-381 e BR-040. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente – Gustavo Valadares – Célio Moreira.

ATA DA 2ª REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – CIPE SÃO FRANCISCO –, EM 14/3/2012

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Guedes, Antônio Carlos Arantes e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Coordenador, Deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Coordenação informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública destinada à discussão do projeto Cidadania Ribeirinha, que está sendo desenvolvido por esta Casa, e do Projeto de Lei nº 2.727/2011, do Governador do Estado, que institui a Bolsa São Francisco com o objetivo de incentivar e propagar tecnologias sociais junto às comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, e em que solicita sejam encaminhadas cópias do mencionado projeto aos convidados; do Deputado Paulo Guedes em que solicita sejam realizadas reuniões em Municípios de todos os Estados que compõem a Cipe São Francisco, com a finalidade de se discutirem temas relevantes para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Cumprida a finalidade da reunião, a Coordenação agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião regional, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2012.

Paulo Guedes, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/3/2012**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações com cópias dos documentos sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos Bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem, datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG - pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa adquirida através de convênio com a Sudene para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.918/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig, incluindo cópia dos documentos que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.129/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido de cópia da íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais, realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte, para subsidiar o relatório anual de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e com a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987, 7.976, de 1989, e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 127, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 128, que cria a Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência RMVA -, e altera a Lei Complementar nº 90, de 12/1/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.914, que dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.925, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, e o art. 11 da Lei nº 11.403, de 21/1/1994. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.934, que altera a Lei nº 14.937, de 23/12/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 426/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 920/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 2.697/2012, da Deputada Liza Prado; e 2.706 e 2.707/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.035/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.618/2012, do Deputado Ulysses Gomes; 2.703/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.800/2012, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.866/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 2.868/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 2.874 e 2.875/2012, do Deputado Marques Abreu; e 2.902/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 539/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 681/2011, do Deputado Luiz Henrique; 799/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 831/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.041/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.226, 1.242 e 1.258/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.325/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.480/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 1.516/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.568/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.651/2011, do Deputado Luiz Henrique; 1.721/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.965/2011, da Deputada Liza Prado; 2.275/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.349/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.478/2011, do Deputado Vanderlei Miranda; 2.668/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.782/2012, do Governador do Estado; 2.847/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.907/2012, do Governador do Estado; 2.912/2012, do Deputado Gustavo Perrella; 2.915 a 2.919/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 985 e 1.470/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.545/2011, do Deputado João Vítor Xavier; 2.886/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.903, 2.904 e 2.906/2012, do Governador do Estado; 2.909 e 2.910/2012, do Deputado Bosco; 2.928/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.929/2012, do Deputado José Henrique; 2.930 e 2.931/2012, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 2.935/2012, do Deputado Antônio Júlio; 2.939/2012, do Deputado Carlos Henrique; 2.943/2012, do Deputado Zé Maia; e 2.948/2012, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.593/2011, do Deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/3/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 675/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, e 1.354/2011, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.718/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.693/2012, do Deputado Délio Malheiros; 2.708 e 2.709/2012, do Deputado Hélio Gomes; e 2.732/2012, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 27/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter informações sobre os projetos esportivos e produção científica no âmbito das Universidades do Estado de Minas Gerais, além de promover o intercâmbio universitário.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA
28/3/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 27/3/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 127, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, à Proposição de Lei Complementar nº 128, que cria a Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência RMVA - e altera a Lei Complementar nº 90, de 12/1/2006, e dos Vetos à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 20.914, que dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 20.925, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, e o art. 11 da Lei nº 11.403, de 21/1/1994, e à Proposição de Lei nº 20.934, que altera a Lei nº 14.937, de 23/12/2003,; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de março de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial do Crack**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Célio Moreira, Doutor Wilson Batista e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2012, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Vanderlei Miranda, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com convidados, a ser realizada em 27/3/2012, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as novas regras relativas a importação estabelecidas pelo governo argentino e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos nomes da Sra. Anali de Rezende e outros para comporem o Conselho Estadual de Educação**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Duílio de Castro, Paulo Lamac e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/3/2012, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública da Sra. Yeda Prates Bernis, discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 61/2012, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Duarte Bechir, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Ivair Nogueira e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2012, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011, do Deputado Ulysses Gomes e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Genilson Ribeiro Zeferino para o Cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2012, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 56/2012, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Romel Anízio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Hubert Brant Moraes para o Cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Pompílio Canavez, Gustavo Perrella, Luiz Henrique e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/3/2012, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 58/2012, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da Comissão.



Sala das Comissões, 26 de março de 2012.
Rômulo Viegas, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.990/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 17/3/2012, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O regime especial de tributação concedido ao segmento econômico frigorífico foi comunicado pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 100/2011, publicada no “Diário do Legislativo” em 25/8/2011, que encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, justificando a adoção de medidas de proteção do setor contra benefícios fiscais irregularmente concedidos pelos Estados de São Paulo e do Paraná.

Por meio dos Decretos nºs 54.643, de 5/8/2009, e 54.897, de 9/10/2009, o Estado de São Paulo concedeu isenção na saída interna de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, e crédito presumido de 7% na saída interestadual de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de aves. No Estado do Paraná, o Decreto nº 1.980, de 21/12/2007, concedeu crédito presumido de 7% nas saídas de carne e produtos comestíveis resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino ou suíno e seus industrializados, promovidas por estabelecimento abatedor que efetue ou encomende o abate naquele Estado, ou que realize a desossa de carne recebida de outros estabelecimentos em operação interna ou interestadual.

De acordo com a exposição de motivos da SEF, o objetivo primordial dessas medidas é favorecer a industrialização da carne naqueles Estados em detrimento dos demais, concedendo tratamento diferenciado conforme a origem do produto, o que, além de vedado pela Constituição Federal, prejudica os produtores rurais e as indústrias de carne de Minas Gerais e desestimula a instalação de novas indústrias em nosso território, comprometendo o desenvolvimento do Estado. Segundo a exposição, a política de incentivos adotada pelas referidas unidades da Federação permite que o contribuinte reduza o preço das mercadorias por ele produzidas e deixe de desembolsar recursos com o recolhimento do imposto para utilizá-los como capital de giro e em novos investimentos, o que se reflete diretamente na sua competitividade e na livre concorrência em relação aos estabelecimentos industriais mineiros. Em razão da perda de competitividade resultante dessas medidas, as indústrias mineiras vêm sofrendo perda da participação relativa das suas vendas para os Estados vizinhos e, para minimizar os danos, têm adotado como estratégia a prática de elevados descontos na comercialização de seus produtos, o que diminui o seu valor agregado, prejudicando tanto os contribuintes quanto o Estado de Minas Gerais.

Os benefícios fiscais paulistas e paranaenses, salienta a exposição de motivos, afrontam o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República e na Lei Complementar nº 24, de 7/1/75, uma vez que foram concedidos sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. Além disso, constituem ofensa ao princípio da não discriminação tributária em razão da procedência ou do destino da mercadoria, estabelecido pelo disposto no art. 152 da Carta Magna.

A exposição de motivos defendeu a rápida reação do governo estadual para neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos da competição desleal, bem como a alteração da legislação mineira para o desenvolvimento de uma política setorial de incentivo e de fortalecimento do mercado interno. Nesse sentido, foi editado o Decreto nº 45.515, de 15/12/2010, que altera o Regulamento do ICMS, a fim de determinar que a redução da base de cálculo, que resulta numa carga tributária equivalente a 7%, nas operações com produtos comestíveis resultantes do abate de gado bovino, suíno, bufalino, caprino ou ovino, de aves e de peixes, em estado natural, resfriados ou congelados, e de carne bovina, suína, bufalina, caprina ou ovina, salgada ou seca, alcance somente as mercadorias produzidas no Estado. O objetivo, conforme a exposição de motivos, é incentivar a industrialização de produtos alimentícios resultantes do abate no Estado, permitindo que o produtor mineiro possa concorrer em condições de igualdade no mercado consumidor interno. O referido decreto, segundo a exposição, não estabelece tributação maior para os produtores de outros Estados, apenas impede que os benefícios gozados por eles tenham repercussão em nosso Estado.

Cumprir observar que o art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previsto em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Essa medida, conforme o disposto no § 2º do referido artigo, deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos do § 6º do mesmo dispositivo, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram. O art. 225-A da mesma lei estabelece que também devem ser encaminhadas a esta Casa, para ratificação, as medidas referentes a crédito presumido do ICMS, de que tratam os seus arts. 32-A a 32-H, caso o regulamento preveja a concessão do benefício por meio de regime especial.

Tendo em vista a necessidade de restabelecimento da competitividade do setor frigorífico do Estado, somos favoráveis à referida medida de proteção da economia mineira. Com o intuito de adequar o texto da proposição para vinculá-la à Mensagem do Governador que encaminhou a exposição de motivos, na qual o alcance da resolução é identificado de forma mais abrangente, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.990/2012, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do segmento econômico frigorífico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 100/2011.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Gustavo Perrella, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.991/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Publicada no “Diário do Legislativo” em 17/3/2012, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

O regime especial de tributação concedido ao setor do comércio atacadista e varejista foi comunicado pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 99/2011, publicada no “Diário do Legislativo” em 25/8/2011, que encaminhou exposição de motivos elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – justificando a adoção de medidas de proteção do setor contra benefícios fiscais irregularmente concedidos pelos Estados de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Por meio da Lei nº 13.992, de 15/2/2007, o Estado de Santa Catarina concedeu diferimento do pagamento do ICMS incidente na entrada de mercadorias importadas para comercialização e regime especial de recolhimento do imposto nas saídas dessas mercadorias, mediante a utilização de crédito presumido. No Estado de São Paulo, o Decreto nº 51.624, de 28/2/2007, concedeu tratamento fiscal diferenciado às empresas de indústria de informática, operacionalizado mediante, entre outros benefícios, crédito presumido incidente sobre o saldo devedor do ICMS. No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto nº 42.649, de 5/10/2010, e o Decreto nº 42.771, de 29/12/2010, concederam benefício fiscal para estabelecimento industrial ou comercial na forma de crédito presumido do ICMS. Já o Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002, com redação dada pelo Decreto nº 2.310-R, de 27/7/2009, concedeu redução de base de cálculo e concessão de crédito presumido do imposto.

Segundo a exposição de motivos, a política de incentivos adotada pelas referidas unidades da Federação permite que o contribuinte deixe de desembolsar recursos com o recolhimento do imposto para utilizá-los como capital de giro e em novos investimentos, o que se reflete diretamente na sua competitividade e na livre concorrência em relação aos estabelecimentos comerciais mineiros. Em razão dessa perda de competitividade, esses estabelecimentos vêm sofrendo perda da participação relativa das suas vendas para os Estados vizinhos e, para minimizar os danos, têm adotado a prática de elevados descontos na comercialização de seus produtos, o que diminui o seu valor agregado, prejudicando tanto os contribuintes quanto o Estado de Minas Gerais. A exposição de motivos defendeu a concessão do regime especial para os estabelecimentos comprovadamente prejudicados em sua competitividade ou impedidos de se instalarem em Minas Gerais, como forma de neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos da competição desleal, como a realização de prejuízos, a redução da produção, a diminuição da demanda por mão de obra e a demissão de empregados pelas empresas do setor.

Os referidos benefícios, salienta a exposição de motivos, afrontam o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República e na Lei Complementar nº 24, de 7/1/75, uma vez que foram concedidos sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. Além disso, é apontada a ofensa ao princípio da não discriminação tributária em razão da procedência ou do destino da mercadoria, estabelecido pelo disposto no art. 152 da Carta Magna.

Cumpre observar que o art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previsto em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Essa medida, conforme o disposto no § 2º do referido artigo, deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos do § 6º do mesmo dispositivo, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas



adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram. O art. 225-A da mesma lei estabelece que também devem ser encaminhadas a esta Casa, para ratificação, as medidas referentes a crédito presumido do ICMS de que tratam os seus arts. 32-A a 32-H, caso o regulamento preveja a concessão do benefício por meio de regime especial.

Tendo em vista os argumentos acima referidos, mantemos o nosso entendimento, emitido no exame da Mensagem do Governador nº 99/2011, sobre a necessidade de proteger a economia do Estado e, em especial, o comércio atacadista e varejista mineiro. Para adequar o texto da proposição, com o intuito de vinculá-la à Mensagem do Governador que encaminhou a exposição de motivos, na qual o alcance da resolução é identificado de forma mais abrangente, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.991/2012, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Ratifica medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do setor do comércio atacadista e varejista, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios fiscais concedidos por outros Estados, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 99/2011.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2012.

Gustavo Perrella, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/3/2012

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Boa tarde, colegas Deputados; boa tarde, Deputado José Henrique, Sr. Presidente. Também cumprimento os telespectadores de nossa querida TV Assembleia. Hoje venho à tribuna para tentar pelo menos dividir uma angústia que, por alguns meses, está comigo. Na verdade, encerrei o primeiro ano de meu mandato no final do ano passado e falei a todos que, neste ano, eu entraria com um discurso novo, um discurso sobre uma epidemia pela qual estamos passando: as drogas e, mais especificamente, o “crack”.

Temos por hábito nos acomodar e, na verdade, só nos importamos com algum problema depois que ele bate à nossa porta, ou seja, a violência, a criminalidade só nos importam quando nossa casa é assaltada ou quando um filho ou um parente é assaltado. A dengue, a aids só nos importam quando alguém próximo é infectado por essa doença. Com o “crack” não é diferente.

O “crack” é uma droga que nasceu mais ou menos no final dos anos 70 e se tornou popular nos Estados Unidos, nas classes mais baixas, nos anos 80. Hoje está no nosso Brasil a torto e a direito. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, 9 em cada 10 Municípios brasileiros lidam com o consumo do “crack”. Fico muito preocupado com esta realidade que estamos vivendo hoje. Sabemos que é um problema de todo o Brasil, de Minas Gerais como um todo, mas recentemente tive oportunidade de ver no conhecido “Jornal Nacional” uma reportagem de mais de 5 minutos falando sobre a questão do “crack” na região mais pobre de Minas Gerais, o Jequitinhonha. Aí, realmente, Deputado Vanderlei Miranda, preocupa-me cada vez mais. Talvez nessa região, nas cidades de Araçuaí, Ponto dos Volantes, Almenara, Jequitinhonha não tenha chegado a água potável, a comida dentro de casa, mas o filho já consegue um dinheirozinho, com os próprios traficantes, para consumir o “crack”, que é mais barato - alguns não sabem - do que uma dose de cachaça.

Meus amigos, o “crack”, para quem não sabe, depois de inalado, em 10 segundos chega ao sistema nervoso central. A duração da euforia é de 3 a 10 minutos, no máximo. Após isso, vem uma depressão enorme na pessoa, tendo de consumir mais uma vez, mais uma e mais outra vez.

Vários Deputados estão me solicitando aparte. Vou-lhes conceder, mas gostaria, antes, de salientar que estou ouvindo bastantes pessoas, seja do governo federal, seja do governo estadual, anunciando programas, benefícios a favor do combate ao “crack”, às drogas. No entanto, não vi nada, até então, de eficiente. Ouço dizerem que o governo federal disponibilizará R\$4.000.000.000,00 até 2014; ouço que o programa Aliança pela Vida, do governo do Estado, também fará investimentos nessa área. Mas quando rodo nas cidades do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do Mucuri, do Noroeste de Minas, não estou vendo esses programas chegarem; pelo contrário, estou vendo famílias desesperadas, tendo de amarrar os filhos na cama para que não saiam e não consumam mais drogas.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Tadeu Martins Leite. Parabéns por V. Exa. abordar esse assunto, de suma importância e relevância e, claro, fruto também da preocupação desta Casa e, com toda a certeza, de todos os que são pais e os que têm ou não filhos vitimados por esta que posso chamar de pandemia, que é o domínio da droga hoje não só no nosso Estado, mas no mundo todo, infelizmente.

V. Exa., de forma muito inteligente, disse que, em algumas regiões em favor das quais V. Exa. tão bem trabalha, muitas vezes o progresso, a água, a comida, a ajuda não chegaram lá, mas o “crack”, infelizmente, já chegou.



A boa notícia é que no ano passado levei ao Presidente Deputado Dinis Pinheiro a sugestão de criarmos nesta Casa uma comissão para tratar especificamente desse tema. O Presidente recebeu muito bem a proposta deste Deputado. Ela caminhou, e agora teremos a criação de uma comissão especial do “crack”. Por ser especial, tem um tempo para mostrar os serviços e apresentar um relatório. Esperamos que esse relatório resulte na criação de uma comissão permanente de combate ao uso e tráfico de drogas. Parabéns a V. Exa. por abordar um assunto de tamanha importância. Creio que esta Casa pode ser parceira do governo de Minas, do governo federal nesses programas que V. Exa. expôs e fazer com que eles tenham, de fato, eficiência com resultados práticos. E resultado prático significa tirar desse inferno das drogas aqueles que, infelizmente, foram laçados por elas e reinseri-los na sociedade, dando-lhes vida digna e também dignidade a suas famílias. Muito obrigado.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Estamos sabendo sobre essa comissão e queremos, é claro, participar também efetivamente dos seus trabalhos para vermos como esta Casa pode ajudar o governo do Estado nesse combate tão difícil que teremos.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)* - Deputado Tadeu Martins Leite, quero apartear-lo neste momento parabenizando-o, em primeiro lugar, por tratar de tema tão importante nesta Casa. Não é um tema que foge à realidade que sofre hoje a sociedade. Sabemos que temos muitos outros temas, como a reforma política, a reforma tributária e outros, mas esse é o câncer da nossa sociedade. Hoje vemos o alastramento do “crack”, que cada vez mais está se interiorizando nos Municípios. As políticas públicas hoje propostas, tanto pelo governo de Minas, por meio do Aliança pela Vida, quanto pelas parcerias com as ONGs, farão um trabalho bem na ponta, e acredito que elas darão resultados eficientes e eficazes, em médio e longo prazos. Até então, estamos vendo a impotência que existe hoje, principalmente da Polícia Militar e da Polícia Civil, diante de tão grave problema.

Estava em uma reunião com os Defensores Públicos de Minas, e eles me diziam: “Rosângela, 99% dos casos de crime e violência estão relacionados ao 'crack'”. Por aí vemos o gravíssimo problema que existe hoje. As pessoas e, principalmente, os jovens estão vulneráveis na sociedade. Realmente, isso tem impacto na saúde, na segurança pública e na educação, e deveriam fazer um trabalho preventivo na sociedade. Estamos vendo esse alastramento com tanta rapidez desse gravíssimo problema, que é importante, pois atinge diretamente a todos. Agora mesmo tenho uma reunião com o Sr. Cloves Benevides, Subsecretário Antidrogas, para tratar justamente desse assunto no Estado de Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Obrigado, Deputada Rosângela Reis. A Deputada falou sobre o programa Aliança pela Vida, e hoje vim aqui justamente para chamar a atenção dos governos do Estado e federal. Estou aqui, por exemplo, com uma reportagem: “Minas lança plano contra uso, produção e tráfico de drogas”. Vinte Municípios foram identificados como prioritários; infelizmente, não existe nenhum na região do Jequitinhonha e do Norte de Minas, a que mais precisa.

O Deputado Carlin Moura (em aparte) - Ilustre Deputado Tadeu Martins Leite, o pronunciamento de V. Exa. é de fundamental importância. Temos a questão do uso indevido de drogas, este mal do milênio, este mal da contemporaneidade, a explosão do consumo do “crack”, esta droga que hoje afeta todas as comunidades, desde os grandes centros até o interior de Minas. Sobre esse tema também me preocupo muito, Deputado Tadeu Martins Leite. Em Contagem temos conversado muito sobre isso, porque o consumo do “crack” e das drogas e o seu tráfico são os principais responsáveis pelo assassinato e martírio de jovens adolescentes. Então, neste momento são imprescindíveis e importantíssimos todos os esforços de todos os Poderes constituídos para enfrentar o problema de frente. Não podemos ter medo de enfrentar essa questão, e falo isso para desde os que têm um problema em casa com familiares até os que têm um vizinho, um conhecido. Nesta hora é fundamental haver ações concretas.

Quero parabenizar a Casa, a Assembleia Legislativa no nosso Caravana da Cidadania deste ano, um programa de incentivo aos jovens de 16 a 18 anos para tirarem o título de eleitor. O tema das palestras e das discussões nas escolas tem sido a questão do combate ao uso de drogas.

Quero também, Deputado Tadeu Martins Leite, dizer às pessoas que precisam de ajuda e de orientação que o programa SOS Drogas, do governo do Estado, tem o número 155 disponibilizado, uma ligação gratuita. A pessoa liga 155, digita a opção 1 e cai na Central de Atendimento do SOS Drogas, que fará orientações e indicará onde procurar ajuda no SUS, nos polos de atendimento regionais.

V. Exa. está de parabéns. Essa é uma guerra que todos nós temos que enfrentar de frente para salvar a nossa juventude e ter uma qualidade de vida melhor para nossos jovens e nossa população. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Continuando a minha fala, na verdade, isso está me preocupando cada vez mais. Além das drogas e do “crack” estarem afetando diretamente e há muito tempo a juventude, o que é um problema grave, vi domingo esta reportagem do “Estado de Minas” com o título “Idoso na rota do vício”. Agora, meus queridos amigos, telespectadores da TV Assembleia, para piorar, além dos jovens, os idosos, pelo abandono da família, começaram também a entrar no mundo do “crack”, acabando com o patrimônio que juntaram a vida inteira, pois eles já têm renda e aposentadoria. Então, o problema virou um caso sério e complicado. Nós, parlamentares, sociedade civil, governo do Estado, governo federal e órgãos competentes, temos de nos juntar para tomar uma atitude nesse sentido.

Tenho um projeto de lei tramitando na Casa sobre clínica de reabilitação em hospitais conveniados com o Estado, para leitões específicos para tratamento emergencial do usuário do “crack”, que hoje é um problema. Temos que colocar a mão na consciência e trabalhar em cima disso.

Então, meu pronunciamento hoje era realmente para alertar os nossos companheiros Deputados e os governos sobre esse problema pelo qual estamos passando hoje. Claro que temos que trabalhar. Não é possível que devamos nos esquecer do Jequitinhonha, do Norte de Minas, que já foi tão esquecido historicamente, também na hora em que mais precisa, na questão do tratamento do “crack”.

Antes de finalizar, mudando um pouco o tema – sei que ainda tenho 40 segundos para falar -, queria compartilhar com os colegas Deputados uma denúncia que recebi na semana passada, da cidade de Urucuaia. É uma situação que, se não fosse trágica, alguns poderiam até achar que era mentira. Recebi uma denúncia de que o mesmo caminhão contratado pela Prefeitura de Urucuaia para fornecer água potável para as escolas municipais está drenando fossas e esgoto na mesma cidade. Essa é uma denúncia para a qual já



pedi explicações, e já estou tomando as providências para apurá-la. Entrei com um pedido na Comissão de Saúde para apurar a situação. Quem quiser ter mais conhecimento sobre esse caso, é só digitar no You Tube “caminhão-pipa de Urucuia”, e verão vídeos com depoimentos de pessoas das comunidades falando que o mesmo caminhão que leva água potável está drenando fossas e esgoto na mesma cidade. Fico preocupado de isso acontecer em Urucuia, no Noroeste de Minas.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade, e vamos à luta. Se não tomarmos um posicionamento sobre a questão do “crack”, tenho medo do futuro de Minas Gerais e do nosso Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Quero aproveitar este momento para reafirmar a nossa campanha Minha Cidade Tem Procon e pedir a todos os colegas Deputados e Deputadas que nos ajudem a fazer com que Minas Gerais seja o Estado que mais tenha Procons. Dos 853 Municípios de Minas, hoje apenas 112 os estão organizando e talvez, em breve, 120. Os restantes estão todos descobertos. Há muitos que ainda nem são bem-estruturados. A população sofre porque não tem a quem recorrer quando compra um plano de saúde que só se preocupa com a venda desse produto. Quando a pessoa precisa de atendimento, o plano não quer atendê-la. Deputado Tenente Lúcio, quando compra um produto ou uma roupa com defeito, a pessoa não tem como resolver o problema, pois não há um Procon na cidade para ajudar. Às vezes, Deputado Elismar Prado, as pessoas precisam andar enormes distâncias para... Por exemplo, em Onça de Pitangui o sinal é uma porcaria, mas permitem a publicidade para a venda dos aparelhos. Estamos vivendo num sistema que realmente cria necessidades. Na verdade, isso não funciona.

Deputado Carlin Moura, queria até ser solidário com V. Exa. Ontem à noite estive em Contagem, sua cidade. Se sairmos do corredor da Avenida João César, vemos que há só buracos. É preciso dar um jeito naquilo lá. Há só maquiagem, e a população não merece isso. A Prefeita é uma mulher. Gostamos muito de estar bem maquiadas, mas não é necessário maquiagem a cidade tanto assim. Há buracos por todos os lados. Retiraram em janeiro a empresa de lixo, que era da cidade, e, de repente, puseram uma outra paulista, que aliás até ganhou a licitação. No entanto, a cidade está suja, com o lixo causando problemas seriíssimos para a saúde da população, já que não está sendo recolhido regularmente. O povo está só sofrendo. Ainda bem que lá existe um Procon que possui uma equipe boa.

Portanto, nesta campanha Minha Cidade Tem Procon, é preciso que haja contribuintes e uma população que tenham a quem recorrer, população com problemas gravíssimos que não tem a quem recorrer. Estou alertando. Lancei essa campanha no ano passado. Deputado Rogério Correia, enviamos correspondência e uma cartilha a todos os Prefeitos para que organizassem uma estrutura mínima a fim de que na cidade haja um Procon. Espero que o povo, que tanto sofre, tenha a quem recorrer.

Deputado Rogério Correia, recebi hoje uma denúncia de Contagem dizendo que há merenda escolar sendo perdida. Agora há pouco o Sind-UTE ligou para o meu gabinete. Eu disse que até conversaria com V. Exa., que é muito combativo na área da educação em defesa dos professores. Com V. Exa. cerraremos fileira para irmos ao Ministério Público. Como se não bastasse, há o problema da merenda, tal como daquela vez em que denunciei ao Ministério Público. Compram porque o cardápio está dizendo que há arroz e feijão, mas, de repente, em determinados dias o que existe é um mingau, quase sempre mingau ruim. Agora, estão deixando perder a merenda. Ninguém merece isso.

Quero que o Deputado Rogério Correia vá até lá comigo para defendermos as professoras e os professores de Contagem. Além disso, que todos os Municípios do Estado de Minas Gerais tenham Procons. Em Uberlândia fui Superintendente do Procon. Temos um órgão combativo, com bravos funcionários, mas percebemos que o restante do Estado não tem.

Então, Deputado Rogério Correia, peça-lhe ajuda. Hoje conversei com o Marcelo Barbosa. O Procon Assembleia está nos ajudando a organizar os Procons. As cidades estão nos ligando. Há uma cartilha. Quando entramos na página da Assembleia, há o Procon Assembleia. Já há lá uma cartilha disponível ensinando como montar um Procon, mostrando se o Procon é pela Prefeitura ou pela Câmara Municipal. Isso é muito importante.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Liza Prado, é um aparte breve. Já tive oportunidade de parabenizá-la por essa sua atitude de divulgar para todo o interior de Minas Gerais os nossos Procons, que são muito úteis na Capital de Belo Horizonte e nas cidades-polos. V. Exa. tem razão. É necessário que os Procons se implantem por todo o interior do Estado.

Se há algo em que precisamos avançar, é exatamente em relação ao direito do consumidor. Esse trabalho que a Deputada está propondo, que diz respeito à expansão dos Procons, é muito útil. Sem sombra de dúvida, será uma marca no mandato de V. Exa. Estamos à disposição para ajudar a Deputada no que for possível.

Aqui na Assembleia, também já prestei solidariedade a V. Exa., que faz um trabalho tão bom nas comissões, mas agora está mais cerceada. Sentimos sua falta hoje na Comissão de Assuntos Municipais. V. Exa. nos ajudou tanto, fizemos inspeção na rede e fiação da Cemig.

A Deputada Liza Prado* - Também em Bandeira do Sul e Manga.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Exatamente. A Deputada é muito atuante, ajudou-nos na educação.

A Deputada Liza Prado* - Conseguimos reduzir, em Além Paraíba, as cobranças abusivas da Copasa, que a Vereadora Simone nos solicitou. O Diretor foi acessível, e isso foi muito importante.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - A atuação da Deputada foi sempre, no que diz respeito ao governo, de não fechar os olhos, Deputado Carlin Moura, para o que acontece.

A Deputada Liza Prado* - Se estiver errado, seja certo ou errado, não importa de qual partido é o Prefeito.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Isso não significa fazer oposição. Perceber uma realidade e atuar sobre ela é obrigação nossa. O ruim é ver algo errado e dizer: é do governo, então esconde. Assim, não. Assim você não ajuda o governo. Às vezes, o Deputado Antônio Júlio é criticado. Sempre ele vem ao microfone e diz: “estou avisando ao governo”. Mas, às vezes, debocham do Deputado Antônio Júlio, dizendo que ele não está avisando nada, que está fazendo oposição. A Deputada Liza Prado também tem essa característica. Mas parece que, nesta Assembleia Legislativa, está em voga agora a marcação cerrada contra a Oposição. Então os Deputados da Situação, que marcam a Oposição para não permitirem que as coisas sejam investigadas e propostas outras soluções,



não têm, por parte da base do governo, a mesma acolhida. Por vezes, são substituídos, como foi a Deputada, injustamente em uma comissão. Mais uma vez, quero ser solidário com V. Exa. e nos colocarmos à disposição.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço-lhe, Deputado Rogério. V. Exa. é um companheiro. Pode ter certeza de que continuarei trabalhando na comissão. Pode contar comigo o tempo todo, com o meu apoio, empenho e força, para defender a população mineira.

O Deputado João Leite (em aparte)* Obrigado, Deputada Liza Prado, que sempre está tão atenta, preocupada com as questões que afligem a população de Minas Gerais, abordando situações graves, especialmente em vários Municípios. Agora V. Exa. está tratando de Contagem. Ontem, tive a oportunidade de lamentar a questão da alimentação escolar de crianças, que V. Exa. conhece tão bem. Muitas vezes, esse é o único alimento que essas crianças têm. Denúncia de Contagem, Varginha e Campanha, todas são cidades governadas pelo PT.

A Deputada Liza Prado* - Deputado João Leite, V. Exa. sabe que, na Escola Municipal Domingos José Diniz Costa, do Bairro Belém, a merenda foi congelada. Às 16 horas, haverá uma reunião, para discutir esse assunto. Isso é um absurdo. O Sind-UTE de Contagem denunciou a merenda estragada em escolas municipais. Há denúncia também em relação às escolas D. Cordelina da Silveira Matos, Prefeito Luiz da Cunha, Cel. Antônio Augusto e Walter Lopes, nos Bairros Belém, Alvorada e Bernardo Monteiro. Como se não bastassem as dificuldades do nosso povo, que sofre tanto. Caxambu está com um problema gravíssimo, está necessitando de educação profissionalizante. Mas tenho certeza de que resolveremos essa questão, porque a Secretária Ana Lúcia Gazzola vai nos atender. Marquei uma reunião com ela. É preciso liberar equipamentos para a educação profissionalizante. Já está tudo arrumado, faltando apenas a instrumentalização para ajudar os alunos.

Gostaria de lembrar que hoje é o Dia Nacional dos Portadores da Síndrome de Down. Há problemas gravíssimos na Apae de Caxambu e por aí afora. O Fernando do jornal de Caxambu está presente. Muito obrigado pela presença. Como se não bastasse tudo isso, vemos escolas perdendo merenda. Não podemos permitir que o dinheiro público vá para o ralo, não é Deputado João Leite?

O Deputado João Leite (em aparte)* - É isso mesmo. V. Exa. está sempre muito atenta. Creio que, com essa decisão, V. Exa. vai ficar até mais livre para esse trabalho, independentemente de seus encaminhamentos. Hoje mesmo, na Comissão de Assuntos Municipais, onde V. Exa. trabalhou tanto, o seu requerimento foi aprovado, dado o respeito que a base do governo tem pelo seu trabalho.

Deputada Liza, a verdade é que, na Assembleia Legislativa, há pessoas que não conseguem conviver com o que o povo de Minas Gerais escolheu, que é essa base, da qual V. Exa. e vários partidos fazem parte. O povo nos escolheu para que governássemos Minas Gerais. Em outro momento, o meu partido não foi escolhido. Fiquei na Oposição por quatro anos, mas não quis dar golpe. No entanto, muitos não aceitam; não são democratas; tentam desestabilizar o governo o tempo inteiro.

Quero agradecer a V. Exa., que tem sido uma companheira leal, pois o nosso papel aqui é dar estabilidade ao governo escolhido pelo povo de Minas Gerais. Não permitiremos que esse governo seja desestabilizado por aqueles que não aceitam o resultado democrático das urnas.

Parabéns. Apoiamos V. Exa. e o seu trabalho em favor das crianças e da população de Minas Gerais.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço, Deputado João Leite, e peço que intensifiquemos essa campanha.

A minha cidade tem Procon, que faz com que tenhamos consumidores mais conscientes.

Temos problemas gravíssimos na saúde. Deputado João Leite, percebemos, pela primeira vez, que mais da metade da população de Belo Horizonte - de acordo com uma pesquisa realizada pelo jornal "Estado de Minas" -, 54%, que significam mais de 2,4 milhões de habitantes, são usuários de planos de saúde. Mas, na verdade, há dificuldades, porque os planos de saúde estão como o SUS.

Então os problemas são seriíssimos, e as pessoas não têm um órgão de defesa do consumidor para buscar apoio. É muito difícil. Então essa campanha, "Minha cidade tem Procon", tem o apoio da Assembleia, de todas as Deputadas e Deputados, Mourão e Glaycon. Isso ajuda bastante, Tolentino.

Eu conversava, outro dia, com o Deputado Hélio e com o Deputado Mourão, e percebíamos que essa discussão é muito importante porque, na verdade, sabemos que a população não tem a quem recorrer e que esses planos de saúde precisam respeitar seu povo.

O Presidente Dinis ontem, juntamente com a Comissão de Saúde e vários Deputados, participou de uma reunião. Vamos intensificar e discutir. Aliás, Deputado João Leite, o Toninho Pinheiro, Deputado Federal muito atuante nessa área, irmão do Dinis, diz que o dinheiro do povo que falta na saúde está 58% no governo federal, que investe apenas 7% na saúde; 26% nos governos estaduais, porque a lei manda investir 12% na saúde; e 16% nas Prefeituras, que investem de 15% a 35% na saúde. Em Uberlândia, estamos com um Hospital Municipal. Houve parceria do Estado, mas sabemos que ainda é insuficiente. Não cobrimos hoje nem 30% da saúde da família.

Temos de trabalhar na prevenção, Deputado Jayro e Deputado Carlin, para que não tenhamos de investir depois para tratar a doença. É preciso trabalhar de forma preventiva, Sargento Rodrigues. É de forma preventiva que trabalhamos. O Tadeu tem experiência, com seu pai Prefeito, e sabe da dificuldade. Os Municípios não aguentam; eles investem 25%, 30%. Então a doença e a morte sem assistência, como diz o Toninho Pinheiro, são um desrespeito, um pecado. Que Deus dê sabedoria para que todos os governantes invistam com mais honestidade na saúde. O Brasil é a 6ª economia do Planeta, mas os investimentos na saúde são 40% abaixo da média internacional. Outras 192 nações foram avaliadas, e o Brasil ocupa a 151ª posição em investimentos na saúde; é o índice da OMS.

Confirmam mais dados para a reflexão de vocês. Ouçam. O Toninho apoia a Presidenta Dilma, assim como eu, mas o governo federal, que é rico, tem obrigação de investir mais na saúde. Os Municípios não aguentam. Os Estados e os Municípios estão falidos. Então, Ivair, que sabe e conhece bastante a dificuldade do nosso povo, é preciso ter Procon na nossa cidade, mais investimentos, mais recursos para os Municípios.

Estamos debatendo isso na Assembleia para discutirmos a dificuldade do nosso povo. Quero aproveitar para parabenizar o corpo técnico daqui. As comissões temáticas estão realizando um belíssimo trabalho, mas é preciso que esta Casa nos ajude para que possamos nos organizar, de forma efetiva, e conhecer a situação do nosso povo.



Temos problemas graves na saúde. A violência contra a mulher é um gravíssimo problema de saúde pública, e não podemos permitir que as nossas delegacias fiquem desestruturadas. O problema de saúde tem tudo a ver com a questão da violência também. O nosso povo fica irritado, muitas pessoas têm que responder processo porque perdem a paciência ao ver o filho morrer e acabam quebrando tudo. Não defendemos isso de forma nenhuma, mas entendemos o sentimento da família desesperada, de quem tem o filho nos braços e não consegue atendimento médico. Precisamos ter caminhos. Vejam se tem condições esta manchete do jornal "Estado de Minas": "Planos de saúde viram o novo SUS". Nem quem tem plano de saúde e paga a vida inteira é bem atendido. Os planos de saúde só querem o filé. A pessoa contribui a vida inteira, mas, quando passa dos 50 anos e começa a ficar doente, começam a negar atendimento e não querem fazer a cirurgia, e ainda querem aumentar o preço do plano. Isso é discriminação, e o Código de Defesa do Consumidor não permite isso.

O Deputado Delvito Alves (em aparte) – Gostaria de dar uma pequena explicação a respeito da denúncia feita pelo Deputado Tadeu Martins Leite de que em Urucuia o mesmo caminhão destinado a fazer a limpeza de esgotos estaria levando água às escolas municipais. Sou majoritário naquela cidade e não podemos acreditar nisso. Falei com o Prefeito Municipal há pouco, e é uma grande inverdade essa matéria que está sendo veiculada na internet. Jamais um Prefeito com responsabilidade agiria dessa forma, principalmente em uma cidade que experimenta uma administração diferente e moderna. Tranquilizo a população de Urucuia e do Estado de Minas Gerais, pois isso não está acontecendo. Temos que alertar a respeito dessas situações, porque já é ano eleitoral, e nós, parlamentares, devemos tomar cuidado com o que pode acontecer de agora em diante. Digo à população de Urucuia e mineira, aos parlamentares desta Casa e à Presidência da Mesa que isso não existe lá. O Prefeito já formulou suas defesas, já foi à rádio e deu explicações à população. Portanto, quero deixar bem claro ao Deputado Tadeu Martins Leite que isso não é verdade. Essas denúncias precisam ser mais fundamentadas e é preciso ter mais equilíbrio e serenidade ao fazer esse tipo de acusação. Obrigado.

A Deputada Liza Prado* – Obrigada, Deputado Delvito Alves e Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, funcionários da Casa, público que nos assiste das galerias e pela nossa querida TV Assembleia. Na semana passada, no dia 15 de março, relembramos mais uma vez o fechamento da MinasCaixa, há 21 anos. Era uma instituição que, além de ser banco do Estado, era para nós, mineiros, uma referência para o desenvolvimento nos Municípios onde tinha uma agência, graças às suas ações sociais e à qualidade dos serviços prestados pelos seus dedicados e competentes funcionários. Foi um momento de triste recordação, que pegou todos de surpresa, visto que produzia excelentes trabalhos bancários para todos os seus clientes. Hoje resta à ex-MinasCaixa um grupo de devotados funcionários, que contribuíram, à época, e ainda nos nossos dias, nas várias instituições para as quais foram deslocados, alocados ou remanejados. Eram mais de 400 agências espalhadas em muitas das nossas cidades.

Os funcionários da então MinasCaixa também fundaram e administraram a PreviCaixa, que era seu instituto de previdência e assistência médica e odontológica, conhecido por todos como uma instituição sólida e compromissada com o bem-estar social da família MinasCaixa. A PreviCaixa era o orgulho dos funcionários e, com o fechamento da MinasCaixa, foi transferida para um grupo gestor, passando a denominar-se PreviMinas. Com o passar do tempo, os funcionários da ex-MinasCaixa, hoje servidores do Estado, perderam suas referências dentro da PreviMinas e estão pagando um preço muito alto para continuar como beneficiários de um plano de saúde construído e constituído por eles próprios.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Meu caro Deputado Doutor Viana, gostaria de lhe pedir desculpas por interromper seu discurso, no qual V. Exa. mostra um histórico do que ocorreu com a MinasCaixa há alguns anos. Sr. Presidente Jayro Lessa, eu gostaria de deixar registrado que, na tarde de ontem, o Sr. Fernando Coura foi eleito Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram. É mais um mineiro a ocupar um dos mais altos postos dos órgãos brasileiros, e tenho certeza de que ele fará um belo trabalho à frente do Ibram. Peço licença ao Deputado Doutor Viana para discorrer sobre outro assunto, mas serei breve em minhas palavras. Não tenho procuração, mas gostaria de fazer uma defesa ao Deputado Tadeu Leite, que trouxe a esta Casa uma denúncia que chegou às suas mãos sobre algo que vem ocorrendo no Município de Urucuia. Tenho certeza de que todas as denúncias - e ontem apresentei uma sugestão ao Deputado Rogério Correia na Comissão de Administração Pública, quando foi rejeitado um requerimento dele. Por sugestão do Líder Mourão, eu disse ao Deputado Rogério Correia que deveriam ser solicitadas informações ao governo do Estado e, caso elas não fossem satisfatórias, depois poderíamos realizar uma audiência. O Deputado Tadeu Leite recebeu uma série de denúncias que estão na internet. Hoje a internet pode nos alimentar de algumas informações, sobretudo os que vivem naquela cidade, acerca de situações que vem ocorrendo lá. Portanto, o Deputado Tadeu veio aqui apenas para expor a situação. Tenho certeza de que ele não tem qualquer interesse eleitoral, está apenas preocupado em defender os interesses dos que vivem no Estado de Minas Gerais. Até porque todos nós, que aqui estamos, fomos eleitos pelos mineiros. Quero solidarizar-me com o Deputado Tadeu Leite e, mais que isso, quero parabenizar V. Exa., Deputado Doutor Viana, pelo seu discurso, pois V. Exa. tão bem defende e trabalha em prol dos ex-servidores da MinasCaixa, sobretudo daqueles que ajudam a construir e a fazer uma Minas Gerais cada vez melhor.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do nobre Deputado Gustavo Corrêa, nosso Líder. Antes de continuar meu pronunciamento, quero manifestar a minha alegria e o meu regozijo pela assunção do Sr. José Fernando Coura ao cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, com sede em Brasília. À frente desse órgão, ele saberá criar condições sólidas para a mineração e para o desenvolvimento, sem agredir ou prejudicar exageradamente o meio ambiente.

Então, desejo muito êxito e sucesso ao nosso amigo, o competente José Fernando Coura, que, tão bem e por tantos anos, vem dirigindo o Sindicato da Indústria de Extração Mineral - Sindixtra - no nosso Estado. Agora ele galgou, por meio de um processo seletivo, o posto de Presidente do Ibram Nacional. Muito sucesso! Que Deus o ilumine nessa nova trajetória, que, com certeza, será coroada de sucesso para toda a mineração não só de Minas Gerais, mas de todo o País.

Sr. Presidente, quero ainda manifestar que a Previcaixa, hoje Previminas, era o orgulho dos funcionários da ex-MinasCaixa. Infelizmente, na sua direção, não tem ninguém da MinasCaixa. Os funcionários da ex-MinasCaixa ficaram alijados, afastados da administração da Previminas. Isso não é o ideal. Deveria ter algum representante, uma vez que foram eles os fundadores, construtores,



criadores, há muitos anos, desse plano de saúde, repito, chamado à época de Previminas. Infelizmente ainda existem funcionários da ex-MinasCaixa imbuídos de profunda tristeza, tendo em vista diversos fatos até hoje não resolvidos, tais como as pendências com a própria Previminas, que já citei, a Sobenca, o Clube Minas Gerais - antigo Clube MinasCaixa - e outros.

Ocorreu então a absorção dos funcionários da ex- MinasCaixa pelo Estado, por meio da Lei nº 10.470, de 1991. Esta lei determinou que os funcionários fossem absorvidos pelo Estado, recebendo o mesmo vencimento que recebiam na instituição MinasCaixa à época, mas não determinou os locais de lotação desses servidores, haja vista que muitos foram conduzidos para cargos extremamente inferiores aos que exerciam, principalmente os que residiam no interior, privando-os do exercício de sua capacidade profissional, o que causou descrédito pessoal e a perda de representatividade junto às comunidades.

O tempo foi passando, e o mesmo governo que determinou legalmente a absorção sem perdas de direitos e com vencimentos integrais, retirou grande parte de seus salários e da remuneração dos ex-funcionários da MinasCaixa, já então funcionários do Estado. Isso ocorreu por meio da chamada malfadada vantagem pessoal dos funcionários, que representava, para muitos, o maior valor de sua remuneração. E não era vantagem, era remuneração como é até hoje. Esses servidores, já desanimados e amargurados, perderam uma vez, sendo foco de humilhação pública. Muitos caíram em forte depressão. Sabemos de casos de suicídio, enfim, muitos perderam a vida. Triste memória! Tal situação durou cerca de seis anos, de 1994 até 2000, quando, nesta Assembleia Legislativa, aprovamos uma lei de minha autoria, com a participação e a votação dos companheiros Deputados e Deputadas desta Casa, depois de anos de trabalho e esforço junto aos ex-funcionários e ao governo estadual. Na época, o Governador era o nosso saudoso Itamar Franco. Essa lei resgatou a vantagem pessoal e, com ela, mais do que o valor pecuniário, um pouco da dignidade e da honradez de uma categoria de servidores, trabalhadores abnegados da extinta MinasCaixa, instituição que nunca deveria ter sido fechada ou destruída.

Atendendo outra solicitação deste Deputado, o Governador Antonio Anastasia enviou a esta Casa projeto de lei para recuperar o percentual de 10% que havia sido dado em maio de 2010 aos funcionários do Estado, mas que não ocorreu sobre a vantagem pessoal dos ex-funcionários da MinasCaixa. Posteriormente, o Governador reconheceu a necessidade e fez uma correção mandando outro projeto, através da Seplag - agradeço à Secretária Renata Vilhena e a sua equipe -, que se transformou na Lei nº 19.973, de 27/12/2011, concedendo reajuste de 5% aos servidores do Executivo a partir de outubro de 2011, mais 5% a partir de abril de 2012, já corrigida a vantagem pessoal. Assim, os funcionários da ex- MinasCaixa não ficarão de fora.

O Governador Antonio Anastasia acompanha há muito tempo a minha luta e a luta dos servidores da extinta MinasCaixa, desde quando era Secretário de Estado e quando iniciou a sua carreira de advogado, pois antes de estar no setor público defendeu esses servidores. Na ocasião, tivemos a oportunidade de discutir essa situação e esperamos, Sr. Governador e Sra. Secretária Renata Vilhena e equipe, que reconheçam definitivamente que vantagem pessoal é salário, é remuneração, e acatem, através de projeto de lei de nossa autoria, a mudança de vantagem pessoal para parcela remuneratória complementar. Ainda tenho esperança de conseguir isso através do projeto que está nesta Casa desde o ano passado.

Aproveito também esta oportunidade para reerguer e convocar o estímulo e o orgulho dos funcionários da ex-MinasCaixa que fizeram parte da fundação da Previminas, do Clube Minas Gerais e da Sobenca, sugerindo que vocês continuem participando ativamente daquilo com que contribuíram para se tornar uma realidade. Estamos chamando-os para que compareçam às reuniões da Associação dos ex-Servidores da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e busquem informações sobre seus direitos. Reafirmo-lhes, nobres colegas, que continuarei na luta em defesa dos ex-funcionários da MinasCaixa e falarei todo ano no mês de março, para que fatos deprimentes como esse não mais aconteçam no nosso Estado. Uma instituição financeira como a ex-MinasCaixa, a ex-Nossa Caixa, a ex-Caixa de todos os mineiros, que era de muitos e foi despedaçada por poucos, perdurará sempre no coração dos mineiros e, em especial, nos corações dos seus servidores, que constituem ainda a grande família MinasCaixa, da qual eu hoje, por adoção, participo com grande honra e permanente empenho em sua defesa. Eram essas as minhas considerações na tarde de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, tratarei de um tema muito relevante para o Estado de Minas Gerais e para todo o Brasil. Sr. Presidente, ontem aprovamos um requerimento na Comissão de Segurança Pública com o seguinte teor: debater, juntamente com outros Estados, o tráfico de drogas e o contrabando de armas, bem como seus desdobramentos e consequências para a sociedade. Esse requerimento nasceu de uma iniciativa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão, em buscar parceria de outras Comissões dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e também da Comissão de Segurança Pública de Minas Gerais. No primeiro momento, a ideia é que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais possa sediar esse encontro, em que teremos a oportunidade de debater com outros Estados - com as Comissões de Segurança Pública e as comissões permanentes de outros Estados - a questão do tráfico de drogas e contrabando de armas em nosso país. O motivo que nos levou a ter essa iniciativa foi pelo simples fato de que o contrabando de armas e o tráfico de drogas têm um desdobramento perverso nos Estados e Municípios. Diria de forma muito segura e tranquila que atualmente esse tráfico de drogas é responsável por, pelo menos, 20% dos condenados por tráfico de drogas, que estão ocupando as cadeias públicas, as penitenciárias e presídios do Estado de Minas Gerais.

O que acontece em nosso Estado é apenas uma amostra do que temos em todo o País. Portanto, estou colocando em números muito seguros, que correspondem a 20% de toda a população carcerária. Chegamos a esse número porque, em 2006, tivemos a oportunidade de proferir uma palestra sobre tráfico de drogas e impacto social na Universidade de Passos e, durante essa preparação, buscamos os dados da população carcerária que havia sido condenada por tráfico de drogas na Subsecretaria de Administração Prisional com o Dr. Genilson Zeferino. Porém, ontem, na Comissão de Segurança Pública, disse ao Deputado João Leite que esse era apenas o tema central desses crimes que são tragados, porque o tráfico de drogas funciona como centro gravitacional para que os demais crimes possam acontecer e, assim, lotarem as nossas penitenciárias e presídios da seguinte forma: o rapaz, o adolescente, o infrator ou o criminoso muitas vezes arromba uma residência e leva eletroeletrônicos, televisores, DVDs, rádios, aparelhos celulares ou joias, que



servirão de troca por pedras de “crack”, papélotes de cocaína ou bucha de maconha no ponto de drogas. Da mesma forma, Deputado Antônio Júlio, um simples tênis ou uma mochila de marca roubados de um aluno na porta da escola também servem de moeda de troca no ponto de tráfico. Aí temos uma série de crimes que são praticados em nome do tráfico de drogas. Com eles temos a formação de quadrilhas que disputam os pontos de drogas, também acabam cometendo uma série de homicídios e, assim, vão dizimando toda a população, especialmente a mais jovem, entre 14 e 25 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última terça-feira, durante a cerimônia de posse do novo Secretário, Dr. Rômulo Ferraz, ouvi atentamente o Governador Anastasia dizer que a União estava completamente omissa em relação à segurança pública do nosso país. Quero reafirmar - e confirmar - as palavras do Governador Anastasia, dizendo que acompanhamos esse tema há muito tempo. Realmente chegou o momento de não mais ficarmos calados na Comissão de Segurança Pública. Ontem falei isso em forma de desabafo nesta comissão.

É necessário que a Assembleia de Minas e as de outros Estados levantem suas vozes. A competência originária para o tráfico de drogas deveria ser da Polícia Federal, mas a União tem sido omissa. No mesmo ato em que eu ouvia o Governador durante a posse do Secretário Rômulo Ferraz, conversava ao lado com o Dr. Duran, Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais. Ele me relatava que a previsão de efetivo da Polícia Federal hoje, no Brasil, é de 15 mil policiais federais, mas temos apenas 11 mil. É uma lástima, Deputado João Leite, a forma com que a União vem tratando o assunto. Disse ontem de forma veemente que a União é completamente, absurdamente omissa na questão da segurança pública, porque, a cada quilo de cocaína que passa pelas fronteiras de nosso país, chegam aqui nos Municípios e nos Estados 3kg da droga desdobrada. Imagine V. Exa. o estrago nas camadas sociais, independentemente de qual seja, especialmente nas mais desvalidas do ponto de vista financeiro. É preciso uma política pública mais permanente para que se evite que essa droga acabe em uma série de delitos. Portanto, Deputado João Leite, podemos afirmar, com muita tranquilidade, que chegaremos a 50%, 60% de toda a população carcerária no Estado envolvida em crimes praticados em nome do tráfico de drogas ou do contrabando de armas.

Concedo aparte ao Deputado João Leite, que terá, neste momento, um papel importante liderando esse processo, a fim de fazermos uma discussão séria. Que Minas Gerais, mais uma vez, levante sua voz e cobre da União.

O Deputado João Leite (em aparte)* – Quem tem um papel importantíssimo é V. Exa., que pode nos ajudar neste momento grave do Estado brasileiro, especialmente de Minas Gerais. Orientado por todos da Comissão, temos trabalhado para esse fórum de Comissões de Segurança Pública, especialmente dos Estados que fazem limite com Minas. Impressionou-me a conversa com os Presidentes das comissões. Para o senhor ter uma ideia, uma das maiores preocupações que V. Exa. tem, e que também é a nossa, é com Mato Grosso do Sul, que faz divisa com a Bolívia e com o Paraguai: a Assembleia Legislativa desse Estado não tem Comissão de Segurança Pública.

Conversei ontem com o Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia de São Paulo, e ele me disse que eu precisava chamar o Presidente da Comissão do Paraná, porque esse Estado é o grande problema, por causa do Paraguai e da Tríplice Fronteira, onde, além de tráfico de drogas, há também grande possibilidade de financiamento de atentados terroristas. Isso ocorre no Paraná, dentro do Brasil. Olhe a situação que estamos vivendo.

Deputado Sargento Rodrigues, se é verdade que o boliviano, ex-Deputado na Bolívia, morto na Zona da Mata mineira com sua esposa, foi assassinado por causa do tráfico internacional de drogas – e esse ex-Deputado estava vivendo irregularmente no Brasil, tinha filho brasileiro -, olhe a fragilidade da segurança em nossas fronteiras. Um ex-Deputado boliviano entra no Brasil, vive em nosso país, tem filhos aqui, é morto em uma estrada na Zona da Mata mineira com sua esposa, o filho de 2 anos é abandonado em um ponto de ônibus. Se é por causa do tráfico internacional de drogas, está demonstrada a nossa fragilidade na luta em relação ao enfrentamento ao tráfico. O Presidente da Comissão de Segurança Pública do Paraná me disse, porque tratei com ele a questão da população carcerária, que 70% dos presos de lá eram provenientes do tráfico de drogas, a maioria do tráfico internacional.

Para terminar, queria comentar este assunto com V. Exa. Ontem fiquei assustado, pois o governo federal não conseguiu resolver a questão da bebida nos estádios. Não transferiu recursos aos Estados, mas transferiu aos Estados a decisão de poder haver bebida nos estádios na Copa das Confederações, o ano que vem, e na Copa do Mundo, em 2014. Além de criminosos internacionais, transferem decisões como essas às Assembleias estaduais. O que queremos é mais competência por parte do governo federal.

Com V. Exa. nos liderando, faremos esse trabalho com outros Estados. Muito obrigado e parabéns, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues – Agradeço-lhe e reitero o meu compromisso para que V. Exa., juntamente com os demais Deputados da Comissão de Segurança Pública, possa, de imediato, formalizar o ato para criarmos nesta Casa, em conjunto com essas Comissões, um fórum permanente da Comissão de Segurança Pública desta Assembleia e das demais que se juntarão a nós. Certamente outras vão se juntar a nós porque o tema é latente e preocupante.

É óbvio que temos o nosso balizador principal, Deputado João Leite, que é nada mais nada menos que a Constituição da República, que eu, V. Exa. e todos os Deputados Federais e Estaduais devemos cumprir ou, pelo menos, buscar alcançar os objetivos programáticos nela contidos.

O art. 144 da Constituição da República diz: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - Polícia Federal.”. Mais adiante, em outros incisos, diz: “A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência”.

Portanto, Deputado João Leite, a competência originária para combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas é da polícia da União, do governo federal.



Vejamos o desdobramento disso. É óbvio que vamos ouvir vários Deputados membros de outras comissões para saber o que está acontecendo em outros Estados. Minas Gerais é uma amostragem muito clara disso, com o abarrotamento de nossas prisões, porque a droga não foi estancada nas fronteiras. Em nosso país as fronteiras são como queijo suíço, pois a União é completamente omissa nesse aspecto. Temos o contrabando de armas. Eu falava a V. Exa. sobre uma matéria publicada em 28/5/2003 pela revista “Veja”, da qual trarei uma cópia para V. Exa., para ter oportunidade de fazer essa leitura. O articulista já inicia dizendo que as autoridades devem compreender uma lição básica: drogas e armas não andam separadas. Em qualquer ponto, aglomerado, favela de Belo Horizonte, do Estado do Rio, de São Paulo, do Paraná, de Mato Grosso, do Espírito Santo em que houver o tráfico de drogas, haverá armas. Se houver arma, haverá também o tráfico de drogas.

Assim, quero pedir a V. Exa. que se empenhe, com a máxima urgência, para que formalizemos o fórum permanente das Comissões de Segurança Pública, porque esse tema nos vai demandar diversas audiências não só em Minas Gerais, mas também no Paraná, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Espírito Santo, no Mato Grosso do Sul e nos demais Estados da Federação. Esse é um tema em que Minas Gerais, mais uma vez, vai dar o grito, cobrando da União. Não queremos apenas políticas mesquinhas feitas no Planalto Central, tentando enganar a população, ludibriar a opinião pública, dizendo que ele criou o Pronasci e que está mandando verbas para compra de coletes.

Disse ao Secretário Nacional de Segurança Pública: não precisamos de migalhas dos Estados. V. Exa. estava presente. Queremos que a União cumpra o seu papel, que ela venha a legislar, de forma forte, no combate a esse tipo de crime; que ela venha a combater o crime, especialmente o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Isso, Deputado João Leite, acabará aumentando ainda mais a “insegurança pública” da população, nos Estados e nos Municípios brasileiros. Queremos, então, cobrar isso da União, que neste momento, é completamente omissa no que se refere à área de segurança pública.

Dizemos ao Governador Anastasia que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas fará parte dessa luta, juntamente com o governo do Estado. Já não podemos ficar de braços cruzados, esperando que a União, que a Presidenta da República, desconfie e assumo o seu papel, papel esse que lhe foi destinado pela Constituição da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura – Sr. Presidente, ilustre Deputado Jayro Lessa, esta semana, a nossa caríssima Presidenta da República Dilma Rousseff trouxe boas novidades na área do esporte. A Presidenta Dilma Rousseff anuncia que a edição de 2012 do programa federal Bolsa Atleta contará com um acréscimo de 30% de atletas atendidos. Serão 4.253 atletas beneficiados por esse programa, que tem como objetivo, como mote incentivar a prática esportiva na juventude. O programa visa a atender os atletas em diversas categorias, como a estudantil, a nacional e a internacional. São atletas que têm dificuldades para sua manutenção enquanto atletas, mas que possuem bom desempenho esportivo e, no caso do atleta estudantil, bom desempenho escolar. Esse programa foi responsável por várias medalhas de ouro, em jogos pan-americanos e em diversas competições internacionais de diferentes modalidades esportivas.

Então, o programa Bolsa Atleta, do governo federal, é fundamental e tem, na prática, ajudado a incentivar a juventude à prática esportiva. Essa é a forma que temos, a forma concreta, objetiva e prática de desviar os jovens de outros mundos, como o das drogas, da violência e marginalidade. O esporte, além de saudável, salva vidas e insere a pessoa na sociedade, promovendo a cidadania.

A Presidente Dilma também anunciou uma alteração, que atualiza a regulamentação do Bolsa Atleta federal, porque, até então, aqueles atletas que tinham patrocínio privado não podiam participar do programa. Por meio de uma ampla discussão, chegamos à seguinte conclusão: para alguns daqueles atletas que têm os patrocínios, estes nem sempre são permanentes. Às vezes, eles variam; às vezes, o atleta o tem, mas, em um determinado período do ano, não tem. Eles não são contínuos. Então, fizemos uma modificação na resolução, permitindo que mesmo aqueles atletas que já tenham o patrocínio, em determinadas condições, pudessem também participar do programa. Então, estou transmitindo essa boa notícia relativamente ao programa Bolsa Atleta federal.

Em Minas, Sr. Presidente, também tivemos a honra e a possibilidade de implementar, por meio de uma lei estadual, o programa Bolsa Atleta estadual, que virou lei no Estado de Minas Gerais. Esse projeto de nossa autoria, tendo sido aprovado por esta Casa, foi sancionado pelo governo do Estado.

Tivemos a sua primeira edição no ano de 2011. É um primeiro passo e um passo importante que Minas Gerais dá. Obviamente começamos em Minas ainda de maneira modesta. Foram 129 atletas contemplados na edição de 2011, e agora estamos caminhando para a segunda edição, quando esperamos ampliar cada dia mais a versão estadual do Bolsa Atleta mineiro, uma forma que temos para incentivar o atleta mineiro que precisa do reforço, do investimento, do incentivo para representar Minas Gerais nas modalidades esportivas.

Queria chamar a atenção para o fato de que há vários atletas da categoria “tae kwon do” beneficiados pelo programa - inclusive nove deles, atletas mineiros, representarão o Brasil na seleção brasileira de “tae kwon do”, na etapa no Egito. O incentivo do Bolsa Atleta é uma forma de criarmos os futuros atletas que representarão o Brasil nas Olimpíadas de 2016. São programas importantes - Bolsa Atleta federal e Bolsa Atleta estadual -, que consideramos um grande avanço.

Sr. Presidente, por falar nesses dois programas, que visam justamente incentivar o esporte, queria aqui, de público, fazer uma felicitação, pois tive a honra de, mais uma vez, participar da nona edição, em Contagem, do Troféu Guido Fonseca. Na sua nona edição, o Troféu Guido Fonseca tem como objetivo premiar os destaques do futebol amador de Contagem, que tem a maior liga desportiva de futebol amador da América Latina. Há em Contagem mais de 100 equipes de futebol amador que participam do campeonato de futebol nas suas diversas categorias, entre elas a categoria especial, a mais importante do futebol amador, que envolve mais de 100 times das diversas regiões de Contagem. O Troféu Guido Fonseca é uma homenagem ao Prefeito de Contagem do período de 1984 a 1986. Guido Fonseca foi um grande Prefeito de Contagem e um grande amigo nosso, uma pessoa que está viva, com muita saúde e disponibilidade. Ele é o pai do ex-Diretor de Futebol do Cruzeiro, Dimas Fonseca, que foi Vereador em Contagem. Na entrega do Troféu Guido Fonseca, segunda-feira, tivemos a honra de ir lá receber o Dadá Maravilha, uma referência dos



atleticanos, e o Zé Carlos, que foi um grande jogador do Cruzeiro. Durante a solenidade de entrega do troféu, houve um momento mais emocionante e marcante quando o jogador Dadá Maravilha, Deputado João Leite, fez uma homenagem ao Zé Carlos – um do Atlético, outro do Cruzeiro -, dando o exemplo para a imensa garotada que ali estava de que a rivalidade no futebol é desejável, é necessária, mas somente dentro de campo. Fora do campo, como sempre nos ensinou o Arqueiro de Deus, Deputado João Leite, o que deve prevalecer é o respeito, a amizade, a cordialidade. Então, o Dadá Maravilha, ao fazer essa homenagem ao Zé Carlos, do Cruzeiro, dá esse grande exemplo a esses atletas.

Também tivemos a oportunidade de premiar os times campeões, os atletas, os técnicos, este ano com uma grande novidade: pela primeira vez, um time da região de Nova Contagem, o time do Estaleiro, foi campeão da divisão especial, a primeira classe do futebol amador de Contagem. Um time que muito orgulha Contagem e a região de Nova Contagem. Isso simboliza que Contagem tem futebol em todas as regiões, no Ressaca, no Nova Contagem, no Eldorado, no Industrial, no Bairro Amazonas. Esse troféu simboliza muito isso.

Nessa oportunidade de confraternização e premiação, também discutimos questões fundamentais. Um dos temas mais importantes é a questão da preservação dos campos de futebol. Hoje os campos de futebol amador estão ameaçados pela especulação imobiliária, pelo descaso, às vezes, do poder público e pela falta de documentação das áreas, como, por exemplo, o estaleiro que fica ao lado da Penitenciária Nelson Hungria, de Nova Contagem. Enquanto lá dentro estão os bandidos, cá fora está o esporte, a juventude e o pessoal de energia que faz o bem. Precisamos cuidar muito bem do campo de futebol, que é o espaço da vida, da saúde, do lazer e do entretenimento.

Com muito prazer, concedo um aparte ao nosso grande Deputado Gilberto Abramo, Bispo Gilberto.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) – Deputado Carlin Moura, fico satisfeito e feliz em saber que V. Exa. vem abordando um assunto de suma importância para a sociedade. Gostaria também de trazer um momento de reflexão, porque, em meio a vários discursos que acompanhamos ouvindo os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda e outros, sobre as drogas que entram com facilidade em nosso país e a forma como o governo vem tratando esse assunto, um trabalho que pouco vemos é o dos meios de comunicação. O governo deveria ter um papel importante nisso. Quando digo governo, não me refiro simplesmente ao governo local, mas também ao governo de um modo geral, ao trabalho preventivo.

Ora, se a droga se expande, é porque estão fazendo boa propaganda. Qual está sendo a prevenção? De que forma, Deputado João Leite, os governos estão investindo para divulgar os seus malefícios? Muitas vezes há uma briga entre um governo e outro sobre a questão da saúde, a saúde que diz que não pode, esse e aquele. E o trabalho de prevenção? Trabalho esse que, muitas vezes, a sociedade civil, representada por igrejas e associações, tem feito e obtido um resultado excelente não só em relação à questão das drogas, mas também ao sistema prisional. Temos visto presos sendo recuperados, trazendo menos gastos para o governo.

Portanto a questão que levanto aqui é justamente o trabalho preventivo que o governo tem de abraçar. A sociedade civil tem feito a parte dela.

O Deputado Carlin Moura – Ilustre Deputado Gilberto Abramo, corretíssimo. Os meios de comunicação têm um trabalho fundamental. Sou testemunha, Deputado Gilberto Abramo, do trabalho maravilhoso que as igrejas, tanto evangélicas quanto católicas, têm feito nesse sentido.

É preciso a união de todos e o reforço do trabalho da Polícia Federal nas fronteiras e da Polícia Rodoviária Federal. Aliás, receberemos o Superintendente aqui numa audiência pública no dia 2 de abril. É preciso jogar peso nas forças de segurança e reforçar os programas sociais de incentivo à juventude na prática cultural e esportiva, como, por exemplo, o Bolsa Atleta e os pontos de cultura, do Ministério da Cultura. É assim que, sem dúvida nenhuma, venceremos o mal do milênio, porque o bem sempre vence o mal. Nisso temos fê sempre.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/3/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

nomeando Nathália Moraes Lampert para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

nomeando Paulo Roberto Ponce para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Silvana Moraes Ribeiro para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Nathália Moraes Lampert do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Paulo Roberto Ponce do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Silvana Moraes Ribeiro do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Denny Gabriel Vargas Brasil para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 1/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 115/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/3/2012, às 10h30min, na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, a sessão pública para a abertura do Envelope nº 2 – Proposta Técnica, da licitação supracitada.

Belo Horizonte, 26 de março de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Petrobrás Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível automotivo. Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura. Pregão Eletrônico 214/2011. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.